

“Temos de nos mobilizar contra o trabalho infantil”

Íntegra do discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso, na audiência aos meninos e meninas da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

“Senhores ministros que me acompanham, meninas e meninos, trabalhadores rurais, ministro Almir Pazzianotto, senhor Francisco Urbano, presidente da Contag, senhores parlamentares, senhoras e senhores.

Este segundo encontro nacional de meninos e meninas trabalhadores rurais, promovido pela Contag, coincide com o pensamento do governo. É preciso combater a exploração das crianças e dos adolescentes. Nós vimos, aqui, depoimentos pungentes e expressivos, aos quais não se devia juntar palavra nenhuma, porque a palavra vale menos do que a força expressiva da experiência de vida das crianças que aqui falam.

As reivindicações são claras. Hoje, eu estou enviando ao Congresso, por sugestão do ministro Pazzianotto, com o apoio dos ministros do Trabalho, da Educação, da Agricultura e dos demais ministros, uma medida para alterar na nossa Constituição, o limite de idade de trabalho.

Entretanto, nós todos sabemos, e é bom que vocês, que são jovens, saibam também, que por mais que o presidente queira, por mais que o Congresso legisle, isso não é suficiente. É preciso que haja uma modificação na prática, na realidade. E a modificação na realidade não se dá apenas pela decisão do presidente, nem pela decisão do Congresso. Ela se dá pela transformação de cada um, das mentalidades; pela luta, pela melhoria efetiva das condições de vida. Isso só acontece se houver, como está havendo, mobilização da sociedade. Isso é um ponto importante.

Hoje, aqui, no Palácio do Planalto, estão os meninos e meninas que trabalham no campo, está a Contag, para que o Brasil todo veja que há uma situação no País que nós não podemos concordar com ela. É uma situação que tem de mudar. Vocês podem me dizer: bom, mas se o senhor é presidente, faz mudar. Ah, não é assim, não. Só muda se nós fizermos o que nós estamos fazendo: mobilizando a sociedade e fiscalizando. Cabe ao governo determinar certas regras e fiscalizar a execução dessas regras. Mas isso é trabalho também de todo o País, de toda a sociedade. Só juntos é que nós poderemos fazer com que haja o que foi dito aqui, pedido aqui com muita propriedade pelos dois jovens que falaram.

Progresso houve. Nós temos tentado mobilizar a sociedade. Desde o dia 7 de setembro do ano passado. Dia da Pátria, que eu procurei, justamente, chamar a atenção do Brasil, para a situação das crianças. Não foi por acaso que, no

dia mais importante do Brasil, que é o dia 7 de setembro, quando nós comemoramos a nossa independência, eu procurei mostrar que essa independência precisa continuar sendo objeto de conquista. Não é só a independência política. Tem de vir também a independência da servidão, da exploração, do trabalho mal pago, do trabalho infantil, do trabalho escravo e assim por diante.

Nós, já antes do dia 7 de setembro, no ano passado, criamos a Getraf, que é um grupo de trabalho para cuidar da repressão contra o trabalho escravo no Brasil. E nós, ainda recentemente, neste último dia 6 de setembro, assinamos aqui, no Palácio do Planalto, uma espécie de pacto, um compromisso de erradicação do trabalho infantil. E, no dia seguinte, dia 7, este ano, eu recebi, lá onde mora o presidente da República, no Palácio da Alvorada, uma série de crianças de carvoarias de Mato Grosso, que tinham sido contempladas com o que nós chamamos de Bolsa Cidadania. Algum recurso para equilibrar as finanças das famílias porque, se as crianças trabalham, é porque as famílias precisam, não têm recursos. Então, não adianta, simplesmente, proibir o trabalho infantil e não dar condições para que essa proibição seja efetiva.

Nós estamos ampliando essa Bolsa Cidadania. Mas, para isso, nós precisamos da colaboração de todo mundo, das associações sindicais, como é o caso da Contag, dos vários sindicatos de trabalhadores, das várias organizações comunitárias, das prefeituras, dos governos dos Estados e, nesse tipo de luta para melhorar a vida do povo, nós não podemos ter uma visão partidária. Esse não é um problema de um partido, não é um problema de governo, é um problema do País todo. Então, nós todos temos de estar interessados, mobilizados, fazendo cada um de nós o que é possível fazer.

Agora, evidentemente para que nós possamos avançar na vida, para que o País possa melhorar, precisamos ter maiores condições de crescimento da economia. Tem de ter mais emprego, melhorar a condição de salário, distribuir a renda. E tudo isso é um processo, um processo complicado, que não se faz do dia para a noite, mas que se está fazendo.

Vocês, que são jovens, talvez não tenham e não terão, certamente, a experiência de vida necessária para ver o que está acontecendo. O Brasil não está piorando, não. Ele está melhorando, porque tudo isso sempre houve no Brasil, até em maior escala. Só que não se falava, só que não se sabia, só que o governo fechava os olhos, só que a sociedade não prestava atenção. Agora, não. Agora, a sociedade presta atenção. Vocês se organizam, o governo não fecha os olhos, reconhece os problemas, tenta resolver, faz apelo para que se possa resolver.

E nós fomos que se organiza. O Ministério do Trabalho — o ministro Paulo Paiva está aqui fez um diagnóstico, que vocês, os líderes devem ter, a respeito do trabalho infantil no Brasil. E há certas áreas que são muito difíceis: carvoaria, trabalho do sisal, trabalho nas salineiras e o trabalho nos canaviais. São trabalhos pesados.

Aqui, foi dado um exemplo vivo disso. São trabalhos, muitas vezes, insalubres. Trabalhos que são absolutamente inapropriados para as crianças.

Nós começamos a resgatar essa dívida social, na questão das carvoarias de Mato Grosso. Tem de fiscalizar. Já houve denúncias de crianças que voltaram a trabalhar. Portanto, não é só tomar um ato e dar uma bolsa. Precisa ver o que está acontecendo. O governo não tem estrutura saliente para isso. Precisa da sociedade junto para poder fiscalizar e, agora, nós temos de atuar com muita força nos canaviais.

Eu gostaria que os ministros organizassem uma viagem minha a Pernambuco. Acho que seria um ato simbólico fazer uma reunião nos canaviais, lá no Engenho Maçangana, que foi o engenho onde foi criado o Joaquim Nabuco, que foi o grande lutador pela libertação dos escravos no Brasil. E nós precisamos ir lá para chamar a atenção do País. Lá, nos canaviais onde houve há muitos anos a luta pela libertação dos escravos, precisa ter outra luta, desta vez, para a libertação da criança, que não pode ser utilizada nesses canaviais.

Nada disso será feito se nós não dermos, como aqui foi dito, acesso à terra porque, o trabalho infantil, hoje, no Brasil, é no campo, muito mais do que na cidade. Na cidade também, mas é muito mais no campo. E, no campo, é preciso que haja condições para que as famílias possam ter uma vida mais condigna.

O governo tem feito o que pode para aumentar o assentamento no Brasil. Temos medidas legislativas. Tenho apelado ao Congresso e voltei a apelar, recentemente, para que o Congresso aprove as medidas que permitam a questão relativa ao problema da desapropriação em bases mais rápidas. Nós temos dado os recursos dentro de um quadro de grande escassez de recursos no País. Temos dado os recursos. Temos mobilizado as estruturas políticas para que nós possamos, efetivamente, encaminhar com mais força o problema da terra.

Faço de novo um apelo: não politizem essa questão. Não é correto. Eu acho que é um crime contra aqueles que necessitam da terra, transformar uma reivindicação correta em luta política. Política é, mas no sentido amplo, não pode ser no sentido partidário.

Podem ter certeza de que o governo e o presidente da República, em particular, têm todo o empenho em haver uma estrutura de propriedade mais adequada no Brasil. Desconcentrar a propriedade, dar acesso aos que precisam de terra para, efetivamente, trabalharem na terra.

Nós tivemos, e aqui está, o presidente da Contag que sabe disso, muito esforço para poder fazer com que o Pronaf funcione. Continuamos nesse esforço. Ainda hoje, perguntava, no elevador, ao ministro da Agricultura, como é que estão os recursos, de que maneira o Conselho Monetário fez. Fez, não fez. Porque tudo é muito difícil, porque nós temos de e mudar a mentalidade, fazer com que as pessoas, realmente, percebam a magnitude do problema e trabalhem de acordo com as necessidades atuais do Brasil. Mas eu sou confiante nisso.

Nós estamos assentando mais gente na terra do que jamais se assentou no Brasil. E vou continuar assentando, vou continuar assentando porque isso é importante para que possa resolver a questão colocada, aqui, pela jovem que falou, para que as famílias possam ter melhores condições de trabalho.

Enfim, nós estamos fazendo o que é possível para mudar, para fazer com que essas reivindicações de vocês tenham cabimento, tenham possibilidade de se transformar em realidade.

Eu não quero falar demasiado porque, na verdade, não há muito o que acrescentar aos depoimentos que aqui foram feitos.

Queria terminar fazendo um apelo, sobretudo a vocês que são mais jovens: continuem confiantes, estudem. É difícil. Eu sei que é difícil estudar quando se está cansado, depois de trabalhar. Eu sei que é injusto pedir que você estude tendo de trabalhar. Mas é fundamental que cada um procure melhorar a si próprio porque, senão, não vai ter condição mais tarde de um trabalho melhor. É preciso que haja um esforço grande nesse sentido.

O Ministério da Educação tem feito o possível e o impossível para ampliar aquilo que é fundamental para o Brasil: a educação primária, a educação elementar, a educação de base. Nós estamos instalando televisões, já temos quase 50 mil, supunho eu, postos de televisão pelo Brasil todo nas escolas, para que as escolas tenham acesso a formas de treinamento melhores.

Ainda ontem, a minha mulher, a Ruth, voltou da Amazônia. E, lá no meio da Amazônia, não é em Manaus não. Lá, como é que chama a cidade? Quaraí. Lá no Rio Solimões, ela foi ver como é que está a situação. Lá tem uma organização, tem lá uma possibilidade de saber. A secretária de Trabalho, secretária de Bem-Estar Social, sabe de um programa tal etc., e verificar que ninguém quer mal a ninguém, nem quer fazer mal a ninguém, quer melhorar o conjunto, quer aperfeiçoar as instituições e, não se deseja, que as aqueles que foram de instituições, momentaneamente não adequadas, paguem o preço dessa inadequação. Não. Mede-se o processo, se verifica, se faz avaliação não para punir o estudante, mas para corrigir o que é preciso corrigir no próprio processo educacional.

Esse é o espírito da avaliação que é essencial. Não existe universidade sem avaliação no mundo. E quando elas ficam sem ser avaliadas, e sem se auto-avaliarem, elas fenecem, perdem as características que eu já mencionei, o verdadeiro espírito universitário da criatividade da audácia e da competência.

A outra questão é da autonomia da universidade. Eu sou co-autor do artigo 207. Este artigo tem uma história muito curiosa, porque foi feito no fim da Constituição, quando nós percebemos que não havia uma só referência a universidade no texto constitucional. Então, um grupo de pessoas, desse: não é possível. E negociamos o artigo 207 na comissão de redação da Constituição. E, depois, o submetemos ao plenário. E o objetivo — é claro — é o de garantir a autonomia da universidade na sua capaci-

dade de criatividade frente ao poder público, para o poder público não poder utilizar recursos próprios para que a universidade abaixe a cabeça e, ao mesmo tempo, de dar a responsabilidade à universidade. Não existe autonomia sem responsabilidade. Autonomia sem responsabilidade não é autonomia. Ora, essa responsabilidade tem de ser ampla, tem de ser a responsabilidade na decisão das linhas de pesquisas.

Nós não podemos continuar com essa visão totalitária de que (...) é igual para todo país, é igual para todo mundo. Por quê? Tem de permitir uma diversidade. Nós, que somos da Universidade de São Paulo, quantos anos levamos lutando contra o Ministério da Educação. Agora, eu não preciso lutar, eu dou ordem nele. Mas de qualquer maneira, levamos muitos anos lutando no ministério contra isso, (...) porque tínhamos medo da quebra da nossa autonomia. Isso dá (...) para todas as universidades, as federais também. O ministério não está aqui para impor à universidade uma linha pedagógica, uma linha de pesquisa, nada. Está aqui para dar as linhas gerais de educação no Brasil, como o ministro Paulo Renato vem fazendo admiravelmente bem. E, nesse momento, dando ênfase, como estamos dando, ao ensino primário, essa coisa toda.

Pois bem, tem de haver autonomia na destinação dos recursos. Eu sofro, como os reitores, na questão dos recursos. Nós temos recursos escassos no Brasil todo. E, pior do que escassos, nós temos recursos atados, vinculados, que não dão liberdade ao gestor para utilizá-lo de uma maneira mais inteligente, porque é automaticamente. Então, o problema que se tem frequentemente é que se tem recurso para o que não precisa e não se tem recurso para o que precisa.

Pois bem, vamos tirar essas ataduras, pelo menos, no âmbito da universidade. E, evidentemente, temos de garantir às universidades públicas os recursos públicos necessários para que elas existam. Só de má-fé se pode imaginar que num país como o Brasil nós vamos acabar com a escola pública. Seria ridículo. E seria contrário não só a toda a minha biografia, como contrário ao interesse do País. Outra coisa é dizer, a universidade privada tem direito de existir. É boa. E a universidade pública, sozinha, não vai dar conta do conjunto da formação desse país, que é imenso, que vai requerer múltiplas formas e, crescentemente, formas que não são nem estatais nem privadas, são públicas, são filantrópicas, são de organizações de outra natureza. A sociedade está mudando muito nessa direção em que o Estado aponta o recurso, mas não tem o controle. E isso é bom, não é mal não.

O que nós estamos propondo é que, nas próprias universidades federais, o Estado aponte o recurso e não tenha o controle. É uma forma mais criativa de funcionar. E, como disse o ministro Paulo Renato, para que não haja suspeita de que seria uma maneira de encolher os recursos públicos, nós estamos assegurando, pelo menos, o mesmo nível de recurso público, em

porcentagem, ou seja, como eu tenho expectativa de que as receitas cresçam, porque o crescimento está aí à vista de todos, daqui para a frente haverá mais recursos para o Tesouro. Na proporção, haverá mais recursos para a universidade. Só que a universidade vai assumir a responsabilidade também da destinação interna desses recursos: quanto vai para pesquisa, quanto vai para pessoal, para que tipo de pessoal, quanto vai para gastos correntes, quanto (...) de investimento. Tem de dar maior amplitude à ação dos reitores. Claro, isso não afeta a Universidade de São Paulo, porque essa (...) Unicamp, nem a Unesp que tem outro tipo de vinculação com o governo de São Paulo e quanto mais recurso for, para nós é melhor. Franca, havendo disponibilidade. E nem afeta, obviamente, as escolas particulares que não precisam, não têm esse tipo de recurso, têm outras questões, como o crédito educativo que já foi assinalado. E o ministro Paulo Renato tem muita atenção a todos esses programas e a esses problemas que são enfrentados pela nossa universidade.

Enfim, é isso. Acho que estamos num momento rico para o País, no sentido de que podemos tomar decisões que vão afetar o futuro, estão afetando. As decisões, que nós estamos tomando, estão condicionando — creio que para melhor o processo de transformação do Brasil. E é impensável que esse país continue no caminho que está de crescimento, de desenvolvimento se ele não tiver tecnologia, se não tiver formação profissional, se não tiver boas universidades, se não tiver pesquisa. E também é evidente que nós estamos fazendo um esforço nesta área. Vamos precisar de mais investimentos, sobretudo na área de ciência básica e de pesquisa. Isso é uma (...) não existe país moderno sem universidade forte, aberta, democrática e sem essa mesma capacidade da universidade, de gerir seus destinos e de ter a (...) de dizer o que pensa. Não é isso? Universidade que não diz o que pensa...

Agora, como a universidade era própria (...), não existe um pensamento de uma universidade, são vários pensamentos da universidade. Isso aí é característica da liberdade. Não existe uma universidade que seja homogênea. Não. Ela nasceu heterogênea, uns pensam de um jeito, outros pensam de outro jeito, uns gritam a favor, outros gritam contra. Realmente, esse bulício é que faz a vida rica da universidade.

E nós que nascemos e fomos criados nisso, sentimos saudade quando a universidade não protesta. Ainda bem que, não sempre, não é? Ainda bem que toda essa agitação da universidade é produtiva quando a universidade tem rumo. E o rumo está sendo dado pelos senhores, está sendo dado por um pensamento novo no Brasil, pedagógico e político. Não no sentido de partido, mas no sentido da compreensão do processo cívico no País. E a universidade brasileira está correspondendo e há de corresponder, crescentemente, às expectativas de todos nós e do povo brasileiro.

Muito obrigado e parabéns a vocês pelos 30 anos. Quisera eu ter só 30*.”